

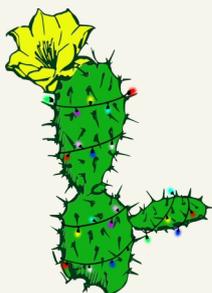


Boletim Informativo

VOLUME 03, NÚMERO ESPECIAL. AGOSTO DE 2020
SERRA TALHADA – PERNAMBUCO
ISSN 2595-766X

NESTA EDIÇÃO:

COORDENADORA DO DADÁ NA DIRETORIA DA ADUFERPE 2020-2022	2
PESQUISADORAS DO DADÁ CELEBRAM	3
ISOLADOS DESDE SEMPRE: POPULAÇÕES RURAIS E TRADICIONAIS	4
BALANÇANDO A REDE INTERDISCIPLINAR DE MULHERES ACADÊMICAS	5
BALANÇO DADÁ DAS ELEIÇÕES 2020	6
DESCOBERTAS DE UMA JOVEM NA PESQUISA	7
A URGÊNCIA MORAL EM EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS	8
O QUE TORNA UM FILME FEMINISTA?	9
O ENCARCERAMENTO DE PESSOAS TRANS	10
PERFORMANCES FEMININAS DE HOMENS GAY	11
CABELO CRESPO E PRESSÃO ESTÉTICA	12
CENAS DE RACISMO NO SERTÃO DE PERNAMBUCO	13
NAS ONDAS DO SABER: PODCAST A FAVOR DA EDUCAÇÃO	14
MACHISMO ENRAIZADO GERA FEMINICÍDIO	15



EDITORIAL

É com alívio que apresentamos o segundo número de 2020 do **Boletim Informativo**. Não foram poucos os desafios em continuar atividades de pesquisa e reuniões de grupos de estudo ou em manter firmes as redes de colaboração e as parcerias. Por isso, recomendamos ao nosso público se jogar natalindamente nessa leitura.

Começando pelas novidades do Dadá, trazemos a posse da professora Nicole Pontes na diretoria da Associação de Docentes da UFRPE - a primeira docente uastiana a ocupar e liderar a ADUFERPE - e o lançamento do livro organizado pelas professoras Lorena Moraes e Hildete Pereira de Melo. Passamos, então, a um assunto relacionado ao uso do tempo e às populações de mulheres rurais, com uma importante reflexão das pesquisadoras do Dadá e da RIMAS sobre mobilidade e acesso nas comunidades rurais e tradicionais. Por falar em RIMAS, já assistiu alguma Live Delas? Se não, a matéria diz onde e por que conferir.

Na sequência, cobrimos: as eleições de 2020; as descobertas de uma jovem pesquisadora; a educação feminista em uma proposta literária e audiovisual; os direitos LGBTQIA+ no cárcere e na paquera; bem como o racismo estético e escolar. De quebra, ainda divulgamos mais um projeto pandêmico-extensionista da UFRPE. Para finalizar, trazemos o que pulsa forte nas veias das mulheres sertanejas: a poesia e a sede de justiça.

Agradecemos às parcerias e às autorias.
Tenham uma boa leitura e um excelente fim de ano.
Não aglomerem e pulem 7 ondas de álcool em gel.

DIRETRIZES PARA COLABORADORES

O Boletim é publicado semestralmente. As propostas deverão observar as temáticas do Grupo (gênero, sexualidade e saúde) e serem enviadas para: dadaufrpe@gmail.com.

Os textos submetidos poderão ter até 200 palavras com 1 figura, ou até 450 palavras, com 2 figuras. As figuras deverão estar legendadas e suas fontes identificadas.

Formatação: Liberation Serif; título centralizado, caixa alta, negrito, tamanho 13; texto fonte 12, espaço simples, parágrafo 0,5cm; identificação completa do autor e legendas, fonte 9.

COORDENADORA DO DADÁ, PROFESSORA NICOLE PONTES ASSUME A PRESIDÊNCIA DA ADUFERPE PARA 2020-2022

Na quarta-feira, dia 16 de dezembro de 2020, em Assembleia Extraordinária online, tomou posse a nova equipe da Diretoria da Associação de Docentes da UFRPE para o biênio 2020-2022. A ADUFERPE é a Seção Sindical que representa todos os docentes da UFRPE junto ao ANDES-SN, Sindicato Nacional representante da categoria de todas/os docentes das universidades, institutos e CEFETs, nas esferas federais, estaduais e municipais no Brasil. O pleito ocorreu no dia 10 de dezembro de 2020 em modalidade totalmente on-line.

A Professora Nicole Pontes, coordenadora do Dadá, concorreu como presidenta da chapa Renova, composta por mais 4 professoras e 4 professores de todas as unidades acadêmicas da UFRPE, incluindo o CODAI. Ao tomar posse como presidenta eleita, a professora Nicole Pontes se torna a primeira docente da UAST na diretoria da ADUFERPE.

Em seu discurso, a professora reafirmou o compromisso com as lutas da ADUFERPE para fortalecer a categoria docente e combater a precarização do trabalho em todos as unidades acadêmicas, sempre considerando o múltiplo universo que constitui a UFRPE e sem perder de vista as contingências impostas pela pandemia. É também compromisso da nova diretoria a construção de maior equidade de gênero nas instâncias consultivas e deliberativas da UFRPE, em prol de uma coletividade diversa e inclusiva.

Durante a posse, estiveram presentes a presidenta do Andes-SN, professora Rivânia Moura (UFRN), que chamou atenção para a necessidade de união do movimento docente para enfrentar os ataques do governo Bolsonaro ao ensino público superior, sua autonomia e democracia, e a professora Celi Taffarel (UFBA), que disputou o sindicato nacional pela chapa Renova Andes, destacando o compromisso e o trabalho da gestão Renova Aduferpe, sintonizada com as lutas dos docentes em todos os níveis, do local ao nacional.

Docentes de outras seções sindicais e da Regional do Andes também estiveram presentes e destacaram os grandes desafios, a importância dos sindicatos e a necessidade de união para enfrentar os obstáculos impostos pela conjuntura.

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, Lorena Lima de Moraes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST.

PARA SABER MAIS

História mostra a luta secular das mulheres por respeito e visibilidade no espaço sindical. Agosto 2020. ADUNEB. Leia aqui.

As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do ANDES-SN. Ana Paula de Souza (dissertação). Leia aqui.



Figura 1 A nova diretoria da ADUFERPE é composta por docentes de todas as unidades acadêmicas da UFRPE e assumem o compromisso com a diversidade de suas lutas e realidades.

Fonte: ADUFERPE.

PESQUISADORAS DO DADÁ CELEBRAM VOLUME SOBRE USO DO TEMPO

É com prazer que nessa edição do Boletim Informativo, o Dadá anuncia também o lançamento do livro *A Arte de Tecer o Tempo – Perspectivas Feministas*. A obra organizada pela professora Lorena Lima de Moraes e pela professora Hildete Pereira de Melo tem como eixo central as pesquisas de uso do tempo e as contribuições de pesquisadoras de diferentes partes do Brasil advindas de áreas diversas, como sociologia, economia, estatística e psicologia.

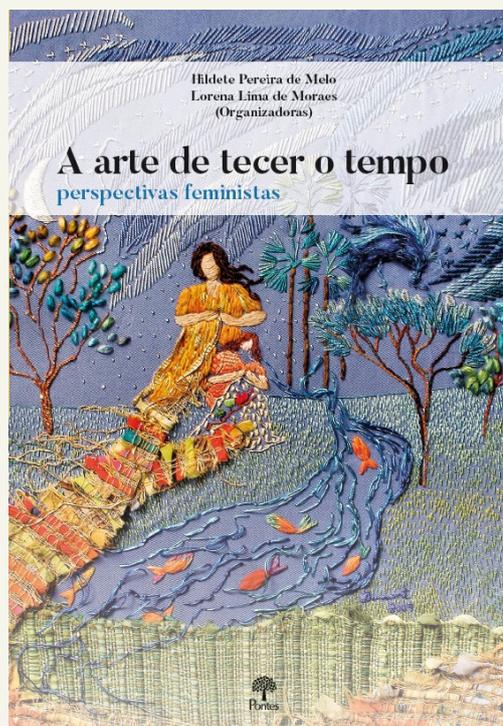
Vale salientar que o livro é, primeiramente, uma homenagem a professora Neuma Aguiar, pelo reconhecimento de seu pioneirismo e trajetória acadêmica na difusão de estudos sobre mulheres e desenvolvimento das pesquisas sobre uso do tempo no Brasil. Na obra, a professora fala de sua trajetória acadêmica através de uma entrevista e discorre sobre a constituição desse campo de investigação. Seu testemunho é acompanhado por um texto inédito que traça o desenvolvimento de estudos sobre uso do tempo no país pelos últimos quarenta anos. Nas palavras da autora é possível entender como as pesquisas de uso do tempo são uma ferramenta analítica valiosa para mensurar a repartição desigual de tempo entre o trabalho destinado ao mercado e o trabalho que é responsável pela reprodução da vida e seu cuidado.

Além disso, a obra é também um local de encontro e cooperação entre duas gerações de feministas que ousam desafiar o tempo e as referências geográficas para continuar na luta pela construção de uma sociedade igualitária, porém, atenta às diferenças. São cinco artigos que reúnem os frutos de pesquisas realizadas no IBGE e nas seguintes instituições de ensino: UEMA, UFF, UFMG, UFPA, UFRN e UFRPE-UAST.

Chamamos atenção em particular, para o artigo *Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais*, de autoria das integrantes do Dadá: Lorena Moraes, Nicole Pontes, Shana Sieber, Juliana Funari, Nathalia Silva e Patrícia Marques. A pesquisa, ainda em andamento, que impulsiona o artigo toma como base a vivência das mulheres rurais no Sertão do Pajeú para apresentar seu próprio instrumento de classificação de dados: a Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários da Mulheres Ruais (CATMUR). Para as autoras, além de questionar a divisão do trabalho doméstico e o tempo investido em trabalho remunerado e não remunerado, é fundamental reconhecer e salientar a importância de investigações sobre o trabalho no meio rural realizado por mulheres, que sofrem pela sobreposição de tarefas com a sobrecarga mental e física.

Os demais artigos se voltam para as pesquisas estatísticas domiciliares, o valor econômico do trabalho doméstico não remunerado e o uso do tempo em diferentes contextos. A perspectiva feminista dessas diferentes pesquisas possibilita, ainda, informar ações políticas dos movimentos e organizações feministas e de mulheres. Apesar das especificidades de área, recomenda-se a leitura da obra por sua fluidez didática e pela tangibilidade dos questionamentos em função da riqueza de dados e possibilidades metodológicas apresentadas.

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, Lorena Lima de Moraes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST.



*Figura 1 Capa da obra A Arte de Tecer o Tempo – perspectivas feministas; organização Lorena Lima de Moraes e Hildete Pereira de Melo.
Fonte: Arquivo do Dadá.*

ISOLADOS DESDE SEMPRE: POPULAÇÕES RURAIS E TRADICIONAIS NO DIFÍCIL ACESSO AO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Sabemos que a pandemia de Covid-19 intensificou as diversas desigualdades sociais já existente no Brasil. Algumas desigualdades, todavia, são menos visibilizadas, como as vivenciadas pelas comunidades tradicionais e rurais – com ênfase nas populações do campo, destacando-se mulheres agricultoras familiares, quilombolas e de comunidades de fundo de pasto que já participam de Programas do Bolsa Família (PBF) e que se encontraram ainda mais isoladas no período de pandemia.

Mesmo com o plano de mitigação das consequências econômicas, as mulheres rurais se viram diante de dificuldades para acessar o Auxílio Emergencial (AE). As mulheres participantes do PBF receberam o auxílio emergencial de forma automática em suas contas bancárias, então, você pode nos perguntar: quais dificuldades são essas, então?

De junho a agosto de 2020, realizamos entrevistas por telefone e pelo aplicativo WhatsApp com 74 mulheres rurais de três estados da região Nordeste (BA, CE e PE) e nos ouvimos suas dificuldades:

- redução do serviço de transporte entre comunidade rural e sede do município;
- estradas em péssimas condições;
- aumento do valor das passagens;
- tempo de espera (até 14 horas consecutivas na fila e casos em que as mulheres dormiram na fila para garantir o atendimento);
- despreparo das lotéricas, com constantes falta de dinheiro para o pagamento do auxílio;
- impossibilidade de pagamento na primeira tentativa, sendo necessário o mesmo deslocamento no dia seguinte;
- mau atendimento por parte dos funcionários;
- gastos extras com água e alimentação devido ao tempo de permanência longe de casa.



Figura 1 o pau de arara é transporte mais utilizado para chegar à sede do município.

Fonte: Diocese de Crato



Figura 1 Aglomeração em frente a Caixa Econômica Federal para retirada do Auxílio Emergencial.

Fonte: metropoles.com

Se o AE chegou à população e às mulheres como um alento em tempos de crise econômica, com valor superior ao pago mensalmente pelo PBF, por outro, ao desconsiderar a ampla rede de assistência social que abarca todos os municípios brasileiros e concentrar a operacionalização do pagamento do AE aos mais de 60 milhões de brasileiras/os em agências e lotéricas da Caixa Econômica Federal, a estratégia do governo federal provocou filas quilométricas, aglomerações e expôs à população ao risco de contágio pelo vírus – além de outras situações desconfortáveis e indignas como cansaço, fome, sede, ansiedade, medo, mal-estar provocadas pelas longas horas de espera nas ruas sob sol e chuva, e gastos extras.

É pelas dificuldades de acesso, nesse caso, aos programas de transferência de renda, mas que se estendem aos demais serviços essenciais e públicos, que precisamos refletir sobre a questão da mobilidade rural, sobre a questão do tempo e das desigualdades de gênero, já que as mulheres são as principais responsáveis pela tarefa de deslocamento para o acesso às políticas sociais que beneficiam a família como um todo.

Texto escrito por Lorena Moraes e Nicole Pontes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Grupo Dadá; Shana Sieber Sampaio, integrante do Grupo Dadá; Tatiane Barros, professora do IFCE-Itapipoca; professora Rebeca Barreto e Bárbara Cristina Vieira da Silva, da UNIVASF-GEAMES.

BALANÇANDO A REDE INTERDISCIPLINAR DE MULHERES ACADÊMICAS



Figura 1 Chamada Live delas 2020 Fonte @rimas_semiarido

A Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido, RIMAS, mostrando a resiliência e a união das mulheres pesquisadoras em tempos de pandemia, lançou-se às plataformas digitais para fazer ciência feminista. Composta por vinte e seis mulheres professoras, pesquisadoras, militantes e feministas atuantes no semiárido de cinco estados do Nordeste (AL, BA, CE, PE, PB e PI), a RIMAS tem promovido periodicamente eventos online no intuito de agregar mais pesquisadoras, publicizar as produções científicas e acadêmicas das integrantes da RIMAS em conexão com o momento de pandemia, mas principalmente proporcionar reflexões sobre a produção de conhecimento em uma perspectiva feminista.

O projeto “Balançando a RIMAS” consolida uma alternativa estratégica para proporcionar pesquisa, publicações e eventos ampliando a possibilidade de diálogo sobre feminismo, questões de gênero e direitos humanos entre pesquisadoras/professoras. Uma das ações do projeto é a realização de debates online por meio da rede social Instagram, em formato serial, intitulado *A Live Delas*. Cada *Live Delas* tem duração aproximada de uma hora e conta com duas integrantes da RIMAS (uma palestrante convidada e uma mediadora) que trabalham e interagem com o público a partir da temática proposta pela palestrante.

Com calendário previsto até junho de 2021, a RIMAS realizou até dezembro de 2020 as seguintes *lives*: primeira transmissão de apresentação do projeto (professora idealizadora Lorena de Moraes, UFRPE-UAST), epistemologias transfeministas (professora Letícia Carolina, UFPI), corpo feminino e gordofobia (professora Nicole Pontes, UFRPE/UAST), interseccionalidade e pesquisa com jovens (professora Roseane Amorim, UFRPE/UAST), feminismo negro e ciência (professora Paula Galvão, UNIVASF), intersexualidades e medicina (professora Anacely Costa, UNIVASF), violência de gênero na pandemia (professora Zuleide Queiroz, URCA) e empreendedorismo feminino (professora Josiete Mendes - UPE/Salgueiro)

Caso você não tenha acompanhado nas datas de realização, pode acessar o perfil da RIMAS no Instagram, @rimas_semiarido, e assistir às transmissões salvas no feed.



Figura 2 Chamada Live delas 2020 Fonte @rimas_semiarido

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, Lorena Lima de Moraes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do *Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST*.

BALANÇO DADÁ DAS ELEIÇÕES 2020

Findo o pleito eleitoral de 2020 para Câmara Municipal e Prefeituras, apresentamos um rápido levantamento sobre as diferenças e conquistas dessas eleições. Segundo mapeamento da Associação Nacional de Transexuais e Travestis, 294 travestis, mulheres e homens transexuais concorreram nas eleições. Foram 30 candidaturas trans eleitas em 2020 (2 homens trans, 28 travestis e mulheres trans), em um aumento de 275% de pessoas trans eleitas. A ANTRA salienta também a eleição da primeira pessoa Intersexo do país. Dentre as candidaturas eleitas, 41% são pretas ou pardas.

O número de indígenas eleitos para cargos municipais cresceu 28%, e a parcela de mulheres indígenas eleitas mais que dobrou em relação a 2016. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) identificou 236 candidaturas eleitas de 71 povos indígenas no primeiro turno das eleições municipais. Esse já é o maior número de parentes e parentas eleitos na história do Brasil.

Em 2020, das 2.212 candidaturas indígenas, 236 foram eleitas, 215 para Câmara Municipal, 10 prefeituras e 11 vice-prefeituras, distribuídas geograficamente pelas regiões Norte (96), Nordeste (70), Sul (27), Centro-Oeste (25) e Sudeste (18). Dentre as candidaturas, foram 41 mulheres eleitas, que representam 17% de todas as candidaturas indígenas eleitas.

De acordo com a Agência do Senado, das mais de 5,4 mil prefeituras eleitas, aproximadamente 1,7 mil se declararam pretas ou pardas, o que corresponde a 32% do total. Mais de 40% das candidaturas negras das Eleições Municipais de 2020 foram eleitas, sendo 1.730 para prefeitura (32% do total e um aumento em relação aos 29% conquistados em 2016) e 25.960 para Câmara Municipal (cerca de 10% do número total de candidaturas registradas – um número que recebe alento no fato que 283 municípios terão 100% da Câmara municipal preenchida por candidaturas pretas ou pardas). Somando as cadeiras nas Câmaras Municipais de todas as 25 capitais, 44% serão ocupadas por pessoas negras. Florianópolis foi única capital que não elegeu pessoas negras para Câmara Municipal.

Para as candidaturas por mulheres (cis), este ano foram eleitas 658 prefeitas (13%), contra 4.800 prefeitos (87%) pelo país. A única prefeita de capital eleita, ainda no primeiro turno, em uma das 27 capitais foi Cinthia Ribeiro, do PSDB, em Palmas (TO). Dentre os mais de 58 mil eleitos para as Câmaras municipais, 84% são homens e 16% mulheres - salientando que no país todo, o número de mulheres eleitas não chega a 50% de nenhuma Câmara Municipal. As mulheres negras foram 84.418 candidatas à vereança, mas só 3.634 acabaram eleitas, representando 6% nas novas câmaras municipais. Segundo levantamento feito pelo Brasil de Fato (2020), treze mulheres negras estão entre as dez candidaturas mais votadas em grandes capitais do Brasil. Em seis capitais, as mulheres ficaram em primeiro lugar entre os vereadores eleitos. Duas delas são negras.



Figura 1 Linda Brasil (PSOL) foi a primeira vereadora trans e a mais votada em Aracaju; Vilson Jaguaré foi o vereador mais votado no ES; Cinthia Ribeiro, única mulher eleita em capital brasileira; e Carol Dartora, primeira mulher negra vereadora em Curitiba. Fonte: folhape; g1; gazetadopovo; noticias.uol.

Texto escrito por Larissa de Pinho Cavalcanti, Nicole Louise Macedo Teles de Pontes, Lorena Lima de Moraes, professoras da UFRPE-UAST e coordenadoras do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST.

DESCOBERTAS DE UMA JOVEM NA PESQUISA CIENTÍFICA PARA PENSAR O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE

Quando entramos na universidade não imaginamos o mundo novo que espera por nós, isto é, quanto conhecimento existe para explorar. Até então, não havia percebido que vivo em uma sociedade construída por uma cultura machista, racista, LBGTQI-fóbica. Temos dificuldade para enxergar muitas dessas opressões, pois, em alguns casos, dispomos de lugares de privilégios. Sou uma mulher “branca”, heterossexual que, apesar da sociedade machista e de dificuldades enfrentadas ao longo da minha vida, nunca passei por situações de desprivilégio por conta da cor de pele ou orientação sexual. O privilégio de ser “branca” nos diferencia. Quero dizer com isso que o primeiro passo para mudarmos nossa postura diante das exclusões é pensar qual lugar ocupamos, para, a partir daí, entendermos nosso papel como geradoras de mudança. Assim, a escola deveria ser uma instituição a desempenhar o papel da mudança, de repensar suas práticas que muitas vezes são baseadas nas desigualdades, seja de gênero, étnica, orientação sexual, ou classe social.

Foi pensando nessas questões que nos dispusemos a investigar a representação da mulher nos livros didáticos de língua inglesa utilizados no Sertão do Pajeú, por entendermos, que o livro didático é um dos principais difusores dos pensamentos tradicionais em sala de aula. A nossa pesquisa assumiu a perspectiva multimodal, para dar conta de investigar os textos verbais e não verbais e entender quais discursos emergiam nos mesmos e o quão prejudiciais podem ser na formação de jovens – principalmente quando docentes não exercem seu papel crítico. Essa pesquisa foi muito importante para meu aprendizado, tanto acadêmico, quanto pessoal. Hoje, vejo o mundo por outro ângulo, e consigo enxergar de forma mais clara o que nos cerca. É como se agora vivesse em dois mundos: um que vejo além do que muitas pessoas conseguem, e outro que é posto como única verdade, mas do qual sempre estou desconfiando. Isso é angustiante, mas também é libertador.

O corpo figura como espaço de construção das questões relacionadas aos papéis sociais que desempenhamos, ao reconhecimento das nossas representações de gênero, raça e classe, sendo considerado o lugar por excelência da experiência nas relações sociais. É através do corpo que existimos como parte da natureza e de um sem fim de microcosmos humanos e no e pelo corpo que marcamos presença no mundo e que produzimos, real e simbolicamente, marcas passageiras e permanentes em todos os lugares que habitamos.

Texto escrito por Jussara Barbosa da Silva Gomes, é aluna do oitavo período da Licenciatura em Letras da UFRPE-UAST, orientada pela Profa Dra.. Larissa de Pinho Cavalcanti, em sua pesquisa desenvolvida pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC).



Figura 1 Tirinha do Armandinho sobre o poder ameaçador dos professores. Fonte: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>

A URGÊNCIA MORAL EM EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS: O MANIFESTO DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

O Livro “Para Educar Crianças Feministas” (2017) diz respeito a uma carta que Chimamanda Ngozi Adichie escreveu a pedido de sua amiga de infância Ijeawele, que pediu conselhos de como criar sua filha recém-nascida, Chizalum Adaora, com uma educação feminista. A carta nos estimula a algumas reflexões importantes sobre gênero e educação, enumeradas como sugestões da autora para uma educação feminista. Chimamanda aborda a crítica a um feminismo “leve”, que se identifica como uma espécie de feminismo condicional, no qual a mulher pode fazer o que quiser – desde que o homem/marido deixe.

A obra discute a importância de educar uma menina consciente sobre identidade e orgulho de si, apontando a relevância dos livros e do conhecimento e destacando a necessidade do questionamento às normas sociais de conduta e ressaltando como imprescindível a abertura do diálogo sobre sexualidade. Assim, ao pensarmos na formação de uma sociedade mais justa, tal educação não pode ser outra, senão uma educação feminista.

Como propôs Chimamanda, trata-se de uma tentativa, devemos partir da consciência de quão importante é pensarmos nessas questões e agirmos, considerando, sobretudo, que as sugestões da autora devem ser pensadas por todas/os, já que o título menciona “educar crianças”, não especificamente “educar meninas”. Afinal, além de educarmos meninas empoderadas para a luta contra o patriarcado, devemos educar meninos na atuação contra o machismo e na não reprodução da misoginia e do próprio patriarcado que os privilegia a todo momento e diminui meninas e mulheres por toda uma vida.

É irresponsável pensar a educação feminista voltada exclusivamente para meninas/mulheres enfrentarem o machismo e que pareça suficiente trabalharmos no amadurecimento intelectual e moral de meninas/mulheres, enquanto meninos/homens continuam isentos de responsabilidade, sendo até incentivados a reproduzir a cultura do machismo. Continuemos, portanto, no combate aos efeitos e às ramificações dessa cultura patriarcal e machista e que não esqueçamos a raiz do problema: a forma como educamos as crianças. A literatura adicheana representa um lugar emblemático nesse percurso, uma vez que categorias como identidade, raça, sexualidade e gênero são problematizadas. Gostaríamos de instigar leitoras e leitores a refletirem e destacar que não se trata meramente de um convite ou de um desafio, mas de um chamado de urgência para oferecermos uma educação feminista para as nossas crianças e caminharmos mais efetivamente para uma sociedade mais justa.

CONHEÇA OUTRAS OBRAS DA AUTORA

O perigo de uma história única. (não-ficção)

Sejamos todos feministas. (não-ficção)

O feminismo é para todo mundo. (não-ficção)

Texto escrito por Marcela Cássia Sousa de Melo Benício, Graduada em Filosofia (UECE), Mestra em Filosofia (UFPB), Doutora em Filosofia (UFPB) e Professora de Filosofia (UFRPE-UAST), com experiência na área de Filosofia Social e Política, atuando principalmente como pesquisadora do filósofo italiano Giambattista Vico (1668 - 1744), nos seguintes temas: Vida Civil, Ética, Política, Filologia, História e Direito. No entanto, está cada vez mais próxima das discussões sobre gênero, feminismos e em como se deu/se dá a presença (?) das Mulheres, especialmente, no pensamento filosófico.

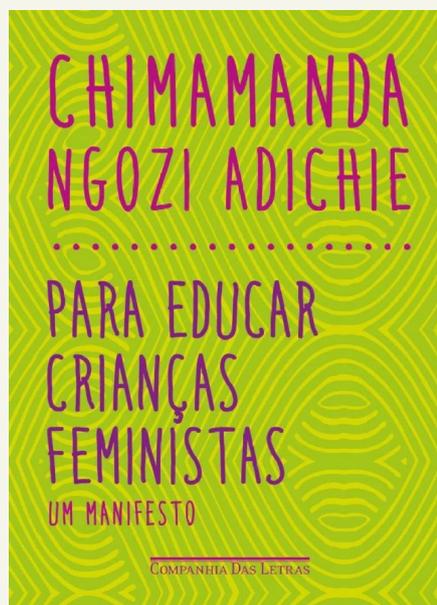


Figura 1: Capa do livro “Para educar crianças feministas” de Chimamanda Adichie. Fonte: saraiva.com

O QUE TORNA UM FILME FEMINISTA?

Quando começamos a estudar e nos envolver com estudos de gênero ou com o feminismo, lendo sobre sua história, descobrindo seus ativismos e as nuances da luta feminista para diferentes mulheres, é natural buscarmos filmes que se alinhem às nossas descobertas. Nosso foco hoje reside sobre o que torna um filme feminista.

É suficiente para um filme ser considerado feminista que fale de uma mulher? Que seja protagonizado por mulheres? Que seja dirigido por uma mulher? Que aborde temáticas como desigualdade entre os gêneros ou violência de gênero? Podemos considerar *Kill Bill* um filme feminista? Ou *Miss Simpatia*? Será que a releitura de *Caça-Fantasmas* para um elenco totalmente protagonizado por mulheres torna o filme feminista? Definitivamente, não. Mesmo que um filme seja dirigido por mulheres, protagonizado por mulheres, a verdade é que não é tão simples dizer se um filme é feminista ou não.

Primeiramente, vamos pontuar que um filme pode ter elementos feministas, elementos sexistas e alguns elementos de ambos, afinal de contas, “feminismo” não significa simplesmente a ausência de “sexismo”. E esse é o ponto primeiro (e talvez o mais importante) para que você possa responder se um filme é feminista: qual a sua compreensão de feminismo?

Feministas liberais e feministas marxistas, por exemplo, diferem radicalmente em como concebem a emancipação da mulher (a exemplo de *Working Woman*, 2018; *Terra Fria*, 2005; Marianne e Juliane, 1981). Da mesma forma, as questões do feminismo negro podem não estar representadas em filmes que trazem protagonistas mulheres (*Good Behavior*, 2020; *Um Limite entre Nós*, 2016). Nessa mesma perspectiva, a direção por uma mulher não significa automaticamente que a narrativa será abordada em uma perspectiva feminista (*Guerra ao Terror*, 2010; *O Piano*, 1993).

A diretora Anne Biller defende que para ser feminista, um filme precisa ter o propósito explícito de educar a audiência sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Esse posicionamento é detalhado pela crítica de televisão e colunista Jade Budowski, para quem filmes feministas são um trabalho político para despertar reflexões e diálogos sobre o status social da mulher, usando a perspectiva de mulheres para explorar temas como sexualidade, equidade entre homens e mulheres, violência, etc. Em outras palavras, não é necessário que as mulheres sejam representadas sem misoginia ou sem sexismo, mas é preciso que se questione esses elementos por meio da narrativa – em uma perspectiva interseccional, acrescentaríamos as relações étnico-raciais, de classe, geracionais.

Para avaliar o feminismo ou o sexismo (e/ou sua ausência) em um filme dificilmente leva a um resultado fácil – o primeiro passo para fazer tal julgamento sempre será assistir ao filme e se perguntar continuamente quais representações são reproduzidas sobre as mulheres (em sua diversidade) e as questões que enfrentam (em interseccionalidades).

Referências

- BUDOWSKI, Jade. So What Really Makes A Film “Feminist”? In *Decider*. 2018. Disponível em:
DERR, Holly. What Really Makes a Film Feminist? In *The Atlantic*. 2013. Disponível em:
ROMANO, Aja. The Mako Mori Test: ‘Pacific Rim’ inspires a Bechdel Test alternative. In *The Daily Dot*. 2020 <https://www.dailydot.com/parsec/fandom/mako-mori-test-bechdel-pacific-rim/>

Texto escrito por Larissa de P. Cavalcanti professora do curso de Licenciatura Plena em Letras da UFRPE-UAST, coordenadora do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST e integrante da RIMAS – Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido.



Figura 1 O piano: será que todo filme sobre mulheres é feminista?
Fonte: imdb.com

O ENCARCERAMENTO DE PESSOAS TRANS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Após diversos relatos de estupro e outros tipos de violência física, algumas unidades prisionais optaram por criar um espaço reservado exclusivamente para pessoas da comunidade LGBTQIA+, separando-as dos demais apenados. As Alas LGBT, espaços destinados à alocação de detentos(as) Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros começaram a ser implantadas por volta de 2013.



Figura 1: Cella e bandeira LGBTQIA+.

Fonte: observatoriog.bol.com.br

Em 2014, o Estado se viu na necessidade de regulamentar o acolhimento desse grupo vulnerável exposto a um ambiente hostil, marcado pela discriminação e pela violência, desconsiderando sua especial vulnerabilidade. A violação dos direitos dessas pessoas acontecia não somente por parte dos demais apenados(as), como também de agentes penitenciários, ao desrespeitarem o nome social ou ao obrigarem as detentas a utilizarem roupas masculinas. Assim, em 15 de abril de 2014, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária junto ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT firmou a Resolução Conjunta nº 1 de 2014 na tentativa de regulamentar a instituição das Alas LGBT nas prisões de todo o país e assegurar a devida proteção aos direitos básicos e fundamentais das pessoas LGBTQIA+.

Todavia, as situações vivenciadas pelo grupo, em especial as mulheres transexuais e travestis, não mudou muito, uma vez que, por se tratar de uma Resolução, não há obrigatoriedade em seu cumprimento, ficando à critério das unidades prisionais adotarem as recomendações.

Em um recente estudo realizado pelo Governo Federal, das 508 unidades prisionais que participaram da pesquisa, apenas 106 afirmaram possuir um local reservado para acomodar membros da comunidade LGBTQIA+.

Dentre as poucas unidades que têm esse espaço, mesmo não expressando numericamente, o documento indica que uma minoria consegue assegurar a efetiva proteção aos direitos dessas pessoas.

As violações de direitos das pessoas LGBTQIA+ continuam sendo uma realidade dentro das prisões brasileiras, ferindo não só a Constituição Federal e demais legislações, como também a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É necessário que o Estado dê a devida atenção ao problema, reformulando sistema prisional para além do binarismo de gênero no qual se fundamenta o modelo atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1216>

Texto escrito por Plácido Emanuel Severo Barbosa dos Santos, graduando em Direito pela Faculdade de Integração do Sertão – FIS.



Figura 2: Pavilhão LGBT do Presídio do Roger, PB.

Fonte: doistercos.com.br

PERFORMANCES FEMININAS DE HOMENS GAYS NOS APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO

Em um contexto de rápidas e profundas mudanças nas formas de nos relacionarmos com outros indivíduos, o imediatismo das relações estabelecidas com pessoas de diversos lugares, inclusive, do outro lado do mundo, corrobora a necessidade de instrumentos que permitam a essas relações se concretizarem, daí o surgimento de aplicativos com tecnologia de geolocalização. Esses aplicativos se subdividem de acordo com a necessidade de seus usuários. Aqui, abordamos os aplicativos específicos para homens gays que buscam estabelecer relações amorosas, afetivas e/ou sexuais a partir de uma dinâmica virtual em primeiro momento.

O padrão de controle dos corpos a partir de um modelo hegemônico de sexualidade e a afirmação da heterossexualidade como desdobramento fortemente aceitável (ou unicamente aceitável) na orientação sexual estão arraigados na sociedade.

A cisheteronormatividade e a heterossexualidade compulsória pressupõem que todos devem estabelecer relações e constituírem famílias a partir desses modelos, repugnando e reprimindo fortemente àqueles que fogem desses padrões. Dessa forma, tornam-se modelos inquestionáveis e instrumentos de controle que alcançam as relações estabelecidas em aplicativos de relacionamento e condicionam essas relações, rechaçando, brutalmente, corpos abjetos – aqueles que fogem do padrão estabelecido socialmente como “o normal” e, por isso, poluem esses espaços –, como homens gays que performam feminilidade.



Figura 2 Gays afeminados relatam preconceito de outros gays em aplicativos de relacionamentos.
Fonte: O Globo

É comum, portanto, nos depararmos com frases de insultos a outros gays nos espaços virtuais, pois os próprios usuários reproduzem discursos afeminofóbicos (termo utilizado para pessoas que exprimem uma rejeição aos homens *gays* que performam uma feminilidade) como consequência do modelo hegemônico e impositivo de sexualidade que enfatizam as características do macho viril sem uma carga emotiva, performando brutalidade e trejeitos próprios dos “homens machos” e suas funções sociais correspondentes.

Nesse sentido, é interessante observar que essas questões sobre afeminofobia estão ligadas, principalmente, à misoginia, pois à mulher, socialmente, deve corresponder os anseios da civilização e da sociedade, cabendo a ela ocupar espaços de subalternidade.

Isso reflete na performance de *gays* afeminados dentro e fora dos espaços virtuais, afinal, virtualidade e feminilidade nunca estiveram tão em voga. É importante repensar essas questões e rechaçar a discriminação e/ou o preconceito!



Figura 1 Campanha virtual denuncia afeminofobia. Fonte: Portal Geledés.

Texto escrito por Jônatan David Santos Pereira, bacharel em Direito pela Faculdade de Integração do Sertão – FIS, pós-graduando (especialização) em Direito Público pela Faculdade Legale e pós-graduando (especialização) em Direitos Humanos pela Faculdade CERS, membro do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST, Comissão de Direitos Humanos – Vanete Almeida na UFRPE/UAST e do Movimento Diverso de Serra Talhada-PE.

CABELO CRESPO E PRESSÃO ESTÉTICA

Racismo é assunto já muito debatido e necessita ser, haja vista que está nas estruturas da sociedade. Como mulher negra e cis, posso deixar meu testemunho que a questão estética, principalmente em relação ao cabelo, causa sofrimentos, exemplificados nas frases que já escutei: “Seu cabelo é ruim”, “Se seu cabelo fosse liso era bonito”, “Seu cabelo é assim mesmo?”. Elas estão completamente atreladas ao padrão social do que é esteticamente bonito. Joice Berth (2019) quando discute estética da mulher negra, destaca que a cobrança para seguir determinados padrões é uma intersecção de uma opressão machista e racista, pois a cobrança é direcionada ao homem negro de maneira diferente e bem menos intensa. Ela expõe ainda que “esse estigma recai sobre os ombros de mulheres negras desde a mais tenra infância, pois nossos cabelos são alvo constante de diversas injúrias, rejeições e manifestações racistas, esteja ele alisado ou ao natural” (BERTH, 2019, p. 72).

Resistir a essas manifestações racistas e machistas, apesar da óbvia dificuldade, é essencial. Movimentos de mulheres, debates e rodas de conversa sobre esse tema são importantes para fortalecer e enaltecer a beleza negra, buscar estratégias para manter firme as escolhas pela estética natural do cabelo negro e sua valorização. Ainda conforme Joice Berth (2019, p. 83): “se não percebemos que devemos entender a beleza e amá-la porque houve movimentações políticas que induziram o pensamento contrário a isso, não avançaremos no processo de empoderamento”, ou seja, amar nosso cabelo é um ato político e revolucionário.



Figura Ilustração com mulheres pretas unidas.
Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Polén, 2019.

Texto escrito por Maria Marcia da Silva, graduanda em Letras pela universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade acadêmica de Serra Talhada, integrante do grupo DADÁ: Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde, atualmente inserida no Programa de Iniciação Científica (PIC), realizando pesquisa sobre Relações de gênero e o acesso ao Cadastro Único no Sertão do Pajeú – PE, e participando do projeto de extensão sobre Cenas de racismo em práticas escolares no Sertão de Pernambuco: construindo uma educação antirracista.

PARA SABER MAIS

SANTOS, N. R. B. dos S. Do black power ao cabelo crespo: a construção da identidade negra através do cabelo. Dezembro, 2015. Disponível em:
http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo_nadia.pdf

FREITAS, G. C. De S. Cabelo crespo e mulher negra: a relação entre cabelo e a construção da identidade negra. In Idealogando, vol.2, n.2, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/view/238062>

MACHADO, Pamela. Cabelo crespo não é "esponja": três mulheres negras explicam por que o termo é pejorativo. In GAÚCHAZH. Junho 2020. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2020/06/cabelo-crespo-nao-e-esponja-tres-mulheres-negras-explicam-por-que-o-termo-e-pejorativo-ckbmn0ru7000i01626h3t7ufh.html>

CENAS DE RACISMO NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Silvio Almeida (2019) chama atenção que “a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo” (p.15), uma vez que as desigualdades e as opressões presentes na sociedade são decorrentes dos efeitos do sistema racial, que constitui e é constituído pelos sistemas de gênero, classe, sexualidade, entre outros, que de modo interseccionados produzem efeitos nas experiências dos sujeitos. Em concordância com Sílvia Almeida e Grada Kilomba (2019), estamos desenvolvendo, na UFRPE-UAST, o projeto “Cenas de racismo entre jovens estudantes do Sertão de Pernambuco: construindo uma educação antirracista”, que conta com os estudantes do Curso de Licenciatura em Letras da UAST: Mileide Virgulino, Marcia Silva, José Willian Silva e Elayne Barbosa.

O projeto está acontecendo em um momento em que o mundo inteiro encontra-se afetado de algum modo pela pandemia, desse modo as atividades foram adaptadas para o ambiente online. Assim, estão sendo promovidas rodas de conversa com estudantes do Ensino médio e professores/as de uma Escola de Serra Talhada – PE. Observamos nos relatos dos/as jovens como a raça interseccionada com a classe, tem afetado suas vidas. Muitos/as não estão conseguindo realizar as atividades escolares, começaram a trabalhar durante a pandemia para ajudar a família, e vivem angústias quanto ao futuro, sobretudo, estudantes do 3º ano que esperavam se preparar para o Enem. Observamos o aumento das desigualdades sociais, sobretudo para jovens negros/as e pobres.



Figura 1 Divulgação das rodas de conversa “Cenas de racismo”. Fonte: Arquivo da autora.

Em relação às cenas de racismo no âmbito escolar, as jovens relataram diversas situações em relação ao cabelo através de piadas e apelidos tanto na escola como no transporte escolar. Foram narradas também situações de docentes com práticas preconceituosas e discriminatórias, em que jovens negros/as foram tratados de forma diferenciada na sala de aula.

Concordamos com Almeida (2019) que a escola pode reforçar óticas racistas, através das práticas existentes em seu contexto e ao apresentar aos/as estudantes um mundo “em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se” (p.42). É preciso falar sobre a resistência do povo negro. A educação antirracista precisa ser incorporada na vivência de todos/as (KILOMBA, 2019).

Continuaremos realizando as rodas de conversa nesse semestre, com o intuito de construirmos coletivamente estratégias de resistência em prol de uma educação antirracista no Sertão de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo, 2019.
KILOMBA, Grada. **Memórias Da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Cobogó: Rio de Janeiro, 2019.

Texto escrito por Roseane Amorim da Silva, professora de Psicologia da UFRPE –UAST. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas – GEPCOL da UFPE, da Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido. E do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE/UAST.

NAS ONDAS DO SABER: PODCAST A FAVOR DA EDUCAÇÃO

Em meados de março, fomos surpreendidos por uma pandemia. Desde então, devido à necessidade de nos isolarmos para evitar a propagação da doença, muitos profissionais da educação passaram a usar a tecnologia para dar suas aulas de forma remota.

Nesse cenário, surge o projeto “Nas ondas do saber” vinculado ao Edital Bext/Covid-19 da UFRPE. O projeto cria e divulga, através de *podcast*, conteúdos de diversas disciplinas do currículo escolar do Ensino Médio voltados, em especial, para alunos da rede pública de ensino.

O material é feito por professores da rede básica de ensino, por licenciandos da UFRPE e por professores dos cursos de Licenciatura. Assim, buscamos, com os *podcast*, veicular os conteúdos e estimular os alunos em seus estudos e na sua permanência na escola. Também buscamos aproximar pessoas nesse momento de isolamento social, para tornar esse período menos doloroso e mais afetivo.

Todas essas ações são realizadas pelo grupo do projeto de extensão que é composto pela professora Thaís Ludmila Ranieri, do Departamento de Educação e coordenadora do projeto, por Roberta Campos, técnica em secretariado, e pelos bolsistas de extensão e estudantes de licenciatura em Letras, Matheus Cavalcanti e Denise Vilaça dos Santos.

Se você se interessou, pode acompanhar os nossos episódios que são lançados todas as segundas, quartas e sextas em [nosso canal](#) no *Youtube*, Nas [Ondas do Saber](#), e pelo *Spotify*. Vá lá, curta e se inscreva.

Texto escrito por Thaís Ludmila Ranieri, professora do Departamento de Educação da UFRPE, Coordenadora do Projeto de Extensão “Nas Ondas do Saber” e Coordenadora Institucional do Pibid/UFRPE



Figura 1: Logotipo do Projeto.
Fonte: @nasondasdosaber.



Figura 2: Postagens semanais: as cores representam os eixos disciplinares.
Fonte: @nasondasdosaber.

MACHISMO ENRAIZADO GERA FEMINICÍDIO

Desde o nascimento
Vão te ensinar
As maneiras de se vestir
O que se deve falar
Que roupa deve usar
E como se comportar.

Te ensinaram de tudo
Lavar roupa, passar, cozinhar
Tudo isso tem que aprender
Para quando for se casar
Mas o importante faltou,
Eles deixaram de te contar
Que nessa sociedade
O amor, às vezes, pode matar.

Vivemos em uma cultura
Que nada nos favorece
A cada dia que passa
O feminicídio cresce
O parceiro mata a esposa
E aí o que acontece?
É só mais um caso sem justiça
Que com o tempo desaparece.

Se você se rebelar contra isso
De louca será tachada
Pois essa sociedade
Quer nossa voz calada
Os casos são inúmeros
De mulheres violentadas
Que se veem sem saídas
No matrimônio acorrentadas.

Eis aqui uma pergunta
Para sua reflexão
Quantas mais morrerão?
Para que seja entendido
Que suas mortes não são em vão
São resultados do machismo
Enraizado em nossa nação
Então que haja justiça
E machistas não passarão.

Texto escrito por Overlândia Priscilia Bezerra de Oliveira, discente do curso de economia na UFRPE-UAST. Natural de Salgueiro, reside na Zona rural de Belém do São Francisco, Pernambuco. A origem de sua família humilde sempre a fez gostar de ler para fugir da realidade, por isso, desde criança teve a curiosidade de procurar entender melhor as adversidades do mundo e protestar contra as injustiças através da poesia.

NÚMEROS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

Dizem que o poeta finge a dor que deveras sente, assim a poeta trouxe as dores que muitos duvidam que exista, as dores de gerações de mulheres.

Em respeito à vida e à memória das mulheres e em denúncia ao descaso e mal atendimento dos casos de violências contra mulheres, o Dadá compilou as seguintes manchetes de reportagens lançadas ao longo de 2020:

Brasil registra um caso de feminicídio a cada 7 horas (catracalivre)

Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante a pandemia (agenciabrasil)

Feminicídios crescem 16% no período de maior isolamento social no Brasil (oglobo)

Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil (brasildefato)

Mulheres negras têm 64% mais risco de serem assassinadas do que brancas (folhadesaopaulo)

Número de meninas mortas entre 0 e 17 anos em 2020 é 91% maior do que em 2019 no CE (g1)

Índice de feminicídio aumenta em 2020, e mulheres negras são as principais vítimas (redebrasil)

SP fecha 1º semestre de 2020 com maior número de feminicídios desde criação da lei (g1)

Até quando?

EXPEDIENTE:

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco
UAST- Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Endereço:

Avenida Gregório Ferraz Nogueira, S/N
Bairro: José Tomé de Souza Ramos
CEP: 56909-535. Serra Talhada – PE
E-mail: dadaufrpe@gmail.com

COORDENADORA DO DADÁ

Lorena Lima de Moraes

COORDENADORA ADJUNTA DO DADÁ

Nicole Louise Macedo Teles de Pontes

CORPO EDITORIAL

*Larissa de Pinho Cavalcanti
Lorena Lima de Moraes
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes*

Curta nossas páginas e fique por dentro das nossas atividades!

www.grupodada.com.br



@dadaufrpe



/dadaufrpe



dadaufrpe@gmail.com

APOIO:



UFRPE · UAST
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Serra Talhada



Editorial
Universitária
da UFRPE



RIMAS



Publicação: Semestral

ISSN 2595-766X



BOLSISTAS DO DADÁ

*Maria Gabriele B. dos Santos
Maria Marcia da Silva
Myllene Vytorya da S. Santana
Rayanna Sophia de Souza
Roberta C.F. de Souza Gomes*

FIS

*Jônatan David Santos pereira
Pedro da Silva Queiroz
Luísa Marianna Vieira da Cruz*

AESET/UPE

Heleno Pereira Nunes

IF SERTÃO - PE

Valéria Costa

OUTRAS INSTITUIÇÕES

*Juliana Nascimento Funari
Robson da Costa Silva
Shana Sampaio Sieber
Vladmir Bezerra*